

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 138, DE 2005

Sugere alterações na Lei n.º 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

Relator: Deputado VADINHO BAIÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de sugestão apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, por meio da qual se pretende a alteração do art. 206, parágrafo único, da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, e também a inclusão de um §4.º ao art. 207 do mesmo diploma legal.

Dispõe o art. 206 do ECA que *“a criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça”*.

Já do parágrafo único do mesmo dispositivo legal consta que *“será prestada assistência integral e gratuita aqueles que dela necessitarem”*.

Sugere a entidade citada a alteração do parágrafo único do art. 206, a fim de se determinar que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada

“aqueles que dela precisarem por comprovada falta de recursos econômicos, sendo essa assistência obrigação também dos Municípios, com base no art. 23 da Constituição Federal, e prestada, judicialmente e extrajudicialmente, através de órgão próprio municipal ou mediante convênios com a OAB, faculdades, partidos políticos, câmaras de vereadores, cooperativas de assistência jurídica, OSCIPs e demais associações civis ou sindicatos”.

A sugestão abarca também a inclusão de um §4.º ao art. 207 do ECA, estipulando-se que *“quando não comprovar o estado de carência financeira e não nomear advogado voluntariamente, será feita designação de defensor e as despesas serão cobradas do representado”.*

Em sua justificativa ao projeto de lei sugerido, alega a entidade autora que tal visa assegurar o amplo acesso ao serviço jurídico, englobando os municípios, com base na louvável corrente municipalista.

Aduz que a assistência jurídica gratuita é espécie de assistência pública e social, e também permite a parceria público privada no setor, o que dá maior mobilidade, sem prejuízo para a prestação do serviço, pois se trata de uma atividade privada e não privativa do Estado, por não possuir caráter fiscalizatório.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 5.º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que *“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.*

A assistência a que faz menção esse dispositivo constitucional é a constante do art. 134 da Magna Carta, do qual consta que *“a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado,*

incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5.º, LXXIV”.

Além de ser da competência da União a manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios (CF, art. 21, XIII), é desse ente a competência para legislar sobre normas gerais para organização da Defensoria Pública nos Estados (CF, art. 134, §1.º). Todavia, a Constituição Federal nada dispõe sobre a prestação de assistência jurídica pelos Municípios.

Nesse particular, há de se considerar que no art. 227 da Carta Maior que há determinação no sentido de que é dever do Estado assegurar proteção especial à criança e ao adolescente.

Mencione-se também que, no art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, consta ser da competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Há de se concluir, pois, em primeira análise da sugestão apresentada, pela sua constitucionalidade, assim como pela presença dos requisitos de conveniência, relevância e oportunidade da medida legislativa que se pretende implementar.

A alteração permitirá que, paralelamente à assistência jurídica prestada pelo Estados, seja essa também feita pelos Municípios, possibilitando assim certo aumento na prestação desse serviço público essencial pelo Estado.

Por todo o exposto, manifesto-me pela aprovação da sugestão de projeto de lei n.º 138, de 2005, nos termos do projeto de lei que ora se apresenta.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado VADINHO BAIÃO
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 **(da Comissão de Legislação Participativa)**

Altera os arts. 206 e 207 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 206 e 207 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita aqueles que dela necessitarem por comprovada falta de recursos econômicos, sendo essa assistência obrigação também dos Municípios, com base no art. 30 da Constituição Federal, e prestada, judicialmente e extrajudicialmente, através de órgão próprio municipal ou mediante convênios com a OAB, com universidades e faculdades, com OSCIPs, com sindicatos e com associações civis.” (NR)

“Art. 207.

.....

§4.º Quando não comprovar o estado de carência financeira e não nomear advogado voluntariamente, o juiz designará defensor, devendo os seus honorários serem arcados pelo representado.” (NR)

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado VADINHO BAIÃO
Relator